

## DA POLÍTICA DO POSSÍVEL ÀS POSSIBILIDADES DA POLÍTICA:

### Notas sobre a transição democrática no Brasil\*

Marco Aurélio NOGUEIRA\*\*

---

*RESUMO: Interessado em analisar o Brasil da "Nova República" e a natureza da transição democrática que se verifica nesse país, o presente artigo procura abordar duas ordens de problemas: a primeira, relativa ao processo através do qual o Brasil se formou como sociedade capitalista, com particular atenção às inflexões ocorridas a partir de 1964; a segunda, relativa ao processo de "abertura" controlada iniciado em 1974 e à crise do regime tecnocrático-militar, cujos efeitos e conseqüências chegam aos dias de hoje. Na conclusão, são delineadas algumas perspectivas para o futuro imediato.*

*UNTERMOS: Democracia; transição; crise política; participação.*

---

Tão atípica, lenta e sinuosa tem sido a marcha da transição brasileira para a democracia que muitos observadores encontram sérias dificuldades para abordá-la e compreendê-la. Impelidos a realçar as impressionantes cifras da crise e da miséria desta que é paradoxalmente a oitava economia industrial do mundo capitalista, e sem condições objetivas para romper com o "desencanto" e o "pessimismo" que emanam do próprio processo de democratização, tendem a desconsiderar ou a minimizar a nova qualidade adquirida pela vida nacional após a chegada ao poder, em março de 1985, da coalizão democrática formada pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) – herdeiro da oposição histórica ao regime militar – e pelo PFL (Partido da Frente Liberal) – uma dissidência do antigo partido oficial. Com isto, tais observadores acabam por ficar em má posição não só para apreender a realidade política do Brasil de hoje, como principalmente para projetá-la criticamente e perceber seus limites, possibilidades e contradições.

---

\* Escritas originalmente em 1985 como material de referência para atividades desenvolvidas junto à Università degli Studi di Roma. O texto foi levemente retocado no final de 1986, apenas com a preocupação de registrar a abertura de novas conjunturas.

\*\* Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação – UNESP – 14.800 – Araraquara – S.P.

A dificultar a análise creio que está, em primeiro lugar, o próprio caráter do novo governo, nascido de um vasto acordo de cúpula apenas em parte condicionado pela pressão popular e obrigado a diversos compromissos e acomodações com setores do antigo regime. Em segundo lugar, está a própria situação global do país; o novo governo formou-se predestinado a operar no calor do combate a dois desafios – o da reinstitucionalização democrática e o da eliminação da crise econômica-social – e a responder a uma complexa gama de interesses, expectativas e demandas sociais. Só isto seria suficiente para dar a ele uma considerável dose de tensão interna e à situação política muitos elementos de ambigüidade. Como se não bastasse, tudo seria ainda mais complicado pela ausência inesperada de seu principal articulador, Tancredo Neves, adoecido irrecuperavelmente no dia mesmo de sua posse como primeiro presidente civil após o vintênio militar, e pelo próprio “estilo” de governar de José Sarney, despido de agressividade e sem força para superar antigos compromissos e ganhar plena legitimidade.

Estou convencido, porém, de que a dificuldade maior não repousa nesses pontos. A confundir a análise está exatamente o “outro” Brasil que surgiu nos últimos 20 anos, fruto não só de mudanças políticas mas sobretudo de uma profunda transformação sócio-econômica que subverteu e modernizou as bases da antiga sociedade. De maneira particularmente acentuada desde a década de 50, um expressivo desenvolvimento capitalista organizou um grande parque industrial, uma agricultura dinâmica e uma estrutura de serviços bastante diversificada. A sociedade urbanizou-se e, em suas metrópoles, um numeroso proletariado industrial passou a revelar sua presença ao lado de numerosas camadas médias e de um empresariado com melhor conformação. Uma sofisticada televisão e a indústria cultural revolucionaram os costumes e as idéias. O conjunto das mudanças repercutiu com força na política, alterando comportamentos, fazendo proliferar novos interesses e transformando os padrões de participação. (Alguns dados bastante conhecidos: em 1960 o setor agrário era responsável por cerca de 22% do Produto Interno e o setor industrial por 25%, enquanto em 1980 as cifras passam respectivamente para 13% e 24%. Mudanças acentuadas também no que se refere à distribuição populacional: entre 1960 e 1980 a população urbana passou de 44% para 67%, enquanto a rural decresceu de 55% para 32%. Idem quanto à concentração urbana: se em 1950 apenas 20% da população viviam em cidades com mais de 20 mil habitantes, em 1980 este número passou para 51%. Significativo também é o crescimento do número de eleitores, que alcançou a casa dos 58 milhões nas eleições de 1982, quase a totalidade da população adulta alfabetizada (SANTOS, 13). O Brasil é hoje uma jovem e potente sociedade de massas. Mas é também um confuso e estranho país moderno: espalhados por seu imenso território, enclaves de miséria e subdesenvolvimento tingem a paisagem; em muitas regiões, ainda parece vivo o passado colonial, especialmente no que se refere às relações de trabalho; são elevados os índices de mortalidade infantil, insalubridade e analfabetismo; e a desigualdade social e a injustiça na distribuição da renda chegam a escandalizar por suas dimensões. (Apenas um indicador é suficiente aqui: em 1960 os 50% mais pobres da população dispunham de 17% da renda nacional, enquanto

em 1980 esta participação diminuiu para 12%; quanto aos 10% mais ricos, aumentaram sua participação de 39% para 50% no mesmo período).

Este contraste entre modernidade e miséria, que colore toda a história brasileira dos últimos cem anos e que foi acentuado dramaticamente pelo regime resultante do golpe militar de 1964, é o responsável maior pelas “incoerências” e ambigüidades que confundem e dificultam a análise. É ele, em última instância, principalmente pelos efeitos que provoca no nível imediatamente político-institucional, que alimenta a dúvida e o ceticismo quanto à conclusão do processo de transição, isto é, quanto às possibilidades que a nova situação brasileira tem de derivar para a organização de um sistema político plantado sobre a democracia representativa e a participação ampliada. Tudo está em aberto e muitas são as interrogações sobre o futuro *desta* transição que se vai fazendo aos “trancos e barrancos”, submetida a avanços, retrocessos e concessões. Será ela apenas uma tímida recomposição liberal do antigo regime? Ou representará uma ruptura em todos os níveis e em profundidade? Os fatos indicam apenas que não está em xeque a reprodução do capitalismo e que ela depende de algum tipo de reordenação institucional que ajuste o sistema político brasileiro à modernidade das estruturas produtivas do país, bem como de um combate corajoso e inteligente à dramática crise social. Trata-se pois, sobretudo, de pensar a política, buscar perceber as tendências intrínsecas ao processo político em curso, seus limites, contradições e possibilidades, dar o justo peso ao *novo* que já nasceu (materializado no esboço de um diverso sistema participativo e de uma institucionalidade democrático-representativa).

Pretendo, no texto que se segue, abordar rapidamente (e sem qualquer preocupação exaustiva) duas ordens de problemas, sem cuja consideração torna-se precária a compreensão da natureza mesma da nossa transição e de seu futuro. A primeira, de caráter histórico mais geral, diz respeito à própria formação da sociedade brasileira, isto é, ao processo através do qual o Brasil se formou como Estado-Nação e como economia capitalista, com particular atenção às inflexões ocorridas a partir de 1964. A segunda, de incidência mais imediata e circunscrita num menor espaço de tempo, diz respeito ao processo de abertura controlada iniciado em 1974 e à crise do regime tecnocrático-militar, cujos efeitos e conseqüências chegam aos dias de hoje.

## I – MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA, CONCILIAÇÃO, TRANSFORMISMO.

Toda uma já encorpada corrente de investigação reconhece hoje, nas ciências sociais brasileiras, que a história da formação da sociedade capitalista no Brasil está marcada pela afirmação reiterada de uma tendência dominante, qual seja, a de se realizar sem rupturas “revolucionárias”, sem democracia e sob o comando do Estado. O Brasil tornou-se industrial e moderno sem eliminar as relações sociais e a estrutura produtiva derivadas da época colonial; o capitalismo soube preservá-las, incorporá-las à sua “lógica” e aproveitá-

las como fator de acumulação e desenvolvimento. No plano imediatamente político, este processo expressou-se (e nisto encontrou sua razão de ser) sob a forma de uma recorrente conciliação entre as “clites” dominantes que, agindo através de manobras “pelo alto” e utilizando de forma intensiva a intervenção estatal, bloquearam a participação popular e impediram toda e qualquer tentativa de ruptura ou transformação “de baixo para cima” do sistema político.

A transição brasileira para o capitalismo se fez assim longe de qualquer veleidade jacobina ou liberal-democrática. Não conheceu a emergência de uma burguesia revolucionária em condições de se pôr como representante do “interesse geral”, nem foi o resultado de movimentos populares radicais, capazes de empolgar a sociedade e democratizar o poder. Teve como personagem central o Estado, como palavra-de-ordem a moderação. Processou-se basicamente como uma “revolução passiva”, “restauradora”, vivenciada sobretudo “pelo alto”, para usar conceitos que Gramsci aplicou à análise do caso italiano e que têm sido empregados com excelentes resultados na moderna reflexão crítica sobre o Brasil, particularmente por Carlos Nelson Coutinho (3;4:141-62). Em termos gerais, pode-se dizer que nem mesmo o sistema econômico brasileiro conheceu com a industrialização (em si mesmo um processo avassalador) uma ruptura essencial a não ser em anos bem recentes. O Brasil foi *modernizado* em termos *conservadores*, graças aos acordos e compromissos selados pelos poderosos.

Em termos gramscianos, uma “revolução passiva” expressa “a ausência de uma iniciativa popular unitária” e organiza-se principalmente através da reação das classes dominantes ao “subversivismo esporádico, elementar e inorgânico das massas populares” – uma reação que acaba por “restaurar” o equilíbrio precedente (evitando assim a mudança radical), sem entretanto deixar de “acolher ao menos parte das exigências de baixo”. Não é à toa que Gramsci falava também em “revolução-restauração” e em “restauração progressiva”, exatamente para acentuar a efetividade da mudança e qualificá-la: “pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a precedente composição de forças e assim tornam-se matrizes de novas modificações” (GRAMSCI, 5:1324-5, 1767).

Independentemente de quaisquer considerações comparativas, a conceituação de Gramsci pode ajudar-nos a dar maior precisão e operacionalidade à análise da *modernização conservadora* através da qual o Brasil chegou à época da indústria e do capitalismo. No fundo, estamos diante de um longo processo de transformação cujos momentos de crise e tensão resolveram-se, regra geral, de modo conservador – e conservador num duplo sentido: 1º) porque excluíram a alteração “revolucionária”, “radical”, das situações herdadas do passado, que sobrevivem e se prolongam nas novas ordenações sociais que se constituem; 2º) porque se fizeram através do bloqueio da democracia, do cerceamento da participação popular e do reforço do Estado em detrimento da sociedade civil (da exacerbação da instância dominação e coerção em detrimento da instância direção e hegemonia, para continuar ainda usando terminologia gramsciana). Foi esta a regra até mesmo nos momentos potencialmente mais “revolucionários” da história nacional, como

por exemplo a Independência em 1822, a Proclamação da República em 1889 e a Revolução de 1930 – todas típicas “revoluções-restaurações”, reações de caráter elitista a certas pressões “de baixo” que são incorporadas e controladas “por cima”.

Um processo de transformação capitalista assim estruturado não poderia deixar de produzir forte impacto sobre a ordenação social como um todo. No Brasil, esse impacto foi em primeiro lugar de natureza sociológica. Afinal, da modernização conservadora resultou uma sociedade desigual, fundada na exclusão e obrigada a despender energias humanas incalculáveis para garantir o prosseguimento da acumulação (digamos, a pagar um elevado custo social para realizar seus programas de crescimento). Além do mais, a sociedade assim constituída não pôde organizar-se de maneira “equilibrada” também num outro sentido, qual seja, o de apresentar uma estrutura de classes com perfil bem delineado; ao contrário: os sucessivos acordos e conciliações processados através do Estado inibiram a plena constituição das classes sociais e a completa explicitação de seus interesses. Fizeram isto colocando em ação uma intrincada rede de mecanismos de *cooptação*, destinados a capturar as expressões mais representativas dos grupos e classes sociais, especialmente lideranças políticas e intelectuais. Com isto, o Estado acabou por despojar as classes dos formadores de sua autoconsciência e por dificultar sua organização, preservando-as em grave desagregação. Tal fato prejudicou seriamente a constituição das classes subalternas no Brasil e não foi benéfico sequer para as classes dominantes: acabou por bloquear a emergência de uma burguesia industrial em condições de disputar a hegemonia com a agrarismo predominante e desenhar um sistema político sob seu comando e inspiração, condenada a buscar refúgio no protecionismo estatal e a abrir mão de toda e qualquer função dirigente (NOGUEIRA, 8; VIANNA, 14).

Em decorrência, os próprios conflitos sociais não puderam explicitar-se plenamente e tiveram diminuído seu impacto sobre os processos de mudança social. Conseguiram sem dúvida contribuir para contestar as diversas ordens estabelecidas, mas não puderam evoluir a ponto de moldar as sucessivas ordenações políticas ou de criar alternativas concretas para as diversas crises de poder. No fundo, a mudança acabou sendo sempre *resolvida* pelo Estado e não por uma pressão organizada e irresistível da sociedade: o Estado “se substitui aos grupos sociais na direção das lutas de renovação” (GRAMSCI, 5), empreende a conciliação entre os diversos interesses e acaba inclusive por dirigir (e organizar) as classes economicamente dominantes, que se afastam assim das funções de direção e chegam mesmo a desinteressar-se de seus instrumentos “clássicos” de exercício do poder (Parlamento, partidos, imprensa, *lobbies*). “Ditadura sem hegemonia”, diria Gramsci: “a hegemonia será de uma parte do grupo social sobre o inteiro grupo, não deste sobre outras forças para potenciar o movimento, para radicalizá-lo, segundo o modelo ‘jacobino’ ”(GRAMSCI, 5:1823-4).

O Estado, assim, converte-se em instância hipertrofiada, dissociada da sociedade e forte o suficiente para controlar as manifestações sociais espontâneas. Hegemoniza o sistema político e prorroga a má “organicidade” da sociedade civil. Torna-se pois capaz não só de desenvolver mecanismos que *neutralizam* as tensões sociais, como até mesmo

de se *antecipar* a elas, com o que evidentemente aumenta muito seu poder de controle e cooptação. Exemplo típico desse fenômeno é a legislação trabalhista brasileira, decretada ao longo dos anos 30, basicamente por decisão estatal (Getúlio Vargas) e não como resultado da pressão organizada dos trabalhadores. Conforme as palavras precisas de um atento analista da vida nacional, “tem sido através do particularismo do Estado e de uma forma precária – instrumental – do político que a coligação de classes e frações dominantes, modernas e tradicionais, vem encontrando o espaço e a oportunidade para a modernização (conservadora) e a imposição da revolução burguesa”. Em decorrência dessa “contraditória realidade em que o avanço da modernização acentua uma forma do político cada vez mais precária, menos institucionalizada, menos previsível, mais coercitiva e menos consensual”, a própria burguesia fica despreparada para ordenar democraticamente o país e até mesmo para estruturar uma vontade política com vocação hegemônica (VIANNA, 15: 22-3).

Mas tal centralidade do Estado produziu algumas outras conseqüências significativas. Por um lado, dificultou a constituição de uma tradição democrática expressiva e inibiu a formação de organizações políticas e sindicais representativas, autônomas e vigorosas. Por outro lado, destilou uma cultura política condicionada pelo golpismo e pelo *autoritarismo* e acabou por erigir o *transformismo* como regra na política, isto é, permitiu que os sucessivos blocos de poder encontrassem sempre condições de *assimilar* tanto as frações rivais das classes dominantes como setores das classes subalternas. Do império (onde o fato predominou) aos dias de hoje, foi sempre reduzida a capacidade dos políticos de oposição – e mesmo de inteiros grupos ou classes sociais – de resistirem à sedução do Estado e à incorporação aos blocos de poder já constituídos ou em vias de constituição. Embora o tipo “molecular” de transformismo – ou seja, para falar como Gramsci, aquele que se caracteriza pela incorporação individualizada de opositoristas aos esquemas de poder – tenha sido a constante, na história brasileira não esteve ausente um segundo tipo, fundado na assimilação de inteiros grupos sociais. Foi esse, para ficar com um exemplo grande, o caso do “populismo” (COUTINHO, 4: *passim*).

Tais conseqüências políticas da “revolução passiva” atingirão a todos igualmente. Nem mesmo a esquerda teve como evitá-los, obrigada que estava, como parte integrante do processo, a atuar com os dados oferecidos pela própria sociedade que queria transformar. Além do mais, a esquerda esteve sempre vitimada pelo revolucionarismo terceirinternacionalista, que lhe dificultou a análise realista e rigorosa da situação nacional, além de lhe ter imposto “modelos” de revolução, táticas, estratégias e diversas manias. Acabou assim por construir uma tradição repleta de procedimentos golpistas, autoritários e dogmáticos.

É claro que tal constatação não pode ser empregada para encobrir a presença globalmente positiva que a esquerda tem na história brasileira, seja como organizadora da resistência às sucessivas ditaduras republicanas, seja como impulsionadora da organização operária e da luta por decisivas conquistas sindicais, políticas e econômico-sociais dos trabalhadores, seja enfim como ponto de referência das tradições humanistas e libertárias

no Brasil. Mas serve para assinalar as principais deformações que acompanharam e em boa medida condicionaram (e condicionam ainda hoje) aquela ineliminável presença: o extremismo, o estatalismo, a tendência a se substituir à participação permanente das massas, a relação instrumental com a democracia política. Esta bagagem “negativa” pesará como um fardo na conduta da esquerda, especialmente após 1964. Aparecerá na opção “guerrilheira” pela luta armada, na cristalização de uma rígida e burocrática estrutura organizativa no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no “basismo” e no antiparlamentarismo de muitos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), no protagonismo “caudilhesco” de diversos líderes políticos (Prestes, Brizola) após a anistia de 1979. Tudo isto, por sua vez, irá dificultar sobremaneira o surgimento de uma organização socialista forte, moderna, capaz de atrair e aglutinar as diferentes correntes de esquerda existente no país, fazendo com que a abertura dos anos 70 se desenrole sob hegemonia liberal. Mesmo aqui, porém não devemos perder de vista a tendência geral: os partidos políticos brasileiros foram (e são) – todos, sem exceção – sempre muito frágeis, mal enraizados e quase sem personalidade programática ou de projeto, posto que dependentes do Estado e das oligarquias regionais, impossibilitados de encontrar alimentação na sociedade civil e de representar classes bem implantadas nacionalmente. Assim deve ser também considerada a reduzida capacidade organizativa dos sindicatos e setores populares ao longo da história brasileira.

Importa destacar ainda que a “revolução passiva” no Brasil não implicou, como seria possível deduzir das observações precedentes, um monolitismo asfixiante ou o total fechamento político. Ao contrário: ela sempre conviveu com a vigência de ideais e práticas liberais (inclusive em nível do poder), com prolongados períodos de vida democrática e participação política não muito restrita (como entre 1945 e 1964) e, sobretudo, com a realização de eleições e o funcionamento de certos mecanismos de representação mesmo em momentos de grande fechamento (como entre 1968 e 1974). Estamos aqui diante de uma das principais “sutilezas” do caso brasileiro: a persistência de um autoritarismo disfarçado e muitas vezes atenuado por um liberalismo sempre reiterado, pelo paternalismo estatal, por mecanismos de “favor” e pela competição eleitoral. Não devem surpreender, por isso, a grande importância adquirida pelos processos e práticas eleitorais na vida política brasileira, o fascínio por eles exercido sobre o imaginário popular e o expressivo peso que tiveram como fatores de contestação. Numa sociedade “fechada” e com escassa tradição democrática como é a brasileira, as eleições converteram-se num dos pouquíssimos espaços de *educação* política do povo e no centro das disputas políticas mais significativas. Se considerarmos, além do mais, o forte e já mencionado processo de urbanização-industrialização acelerado a partir dos anos 50, fica fácil compreender porque a pressão democratizante tem sido uma constante na vida brasileira das últimas décadas, a ponto mesmo de ter crescido sobremaneira exatamente após a instalação do regime ditatorial em 1964 e de se ter convertido num dos fatores de sua superação.

Os acontecimentos de 1964 representam um ponto de inflexão na história brasileira. Naquele ano, não houve apenas um golpe no Brasil, mas uma alteração nas formas do

Estado e na qualidade do processo sócio-político. Exatamente por isso, não se configurou uma ditadura militar em sentido estrito: embora tenha sempre dependido decisivamente dos militares, o regime ditatorial foi muito mais complexo e “sofisticado”. Combinou-se simultaneamente com os grupos dominantes mais atrasados e com o grande capital monopolista, promovendo uma rápida (mas conservadora) modernização: graças a uma inédita intervenção do Estado, a indústria desenvolveu-se enormemente e a velha estrutura latifundiária foi contagiada pela racionalidade capitalista, embora não se tenha modernizado em termos plenos ou em escala nacional. Para realizar uma rápida acumulação, o novo regime pôs em prática uma política econômica voltada para a produção de bens de consumo duráveis, favoreceu as grandes empresas nacionais e estrangeiras, capitalizou e reprivatizou a economia, reduziu os salários e estimulou um verdadeiro “inchaço” do sistema financeiro: modernizou o país, mas deformou-o em vários setores, recheando de artificialismo a estrutura produtiva e exigindo um elevado custo social.

Em sua primeira fase (até o início dos anos setenta), o regime ditatorial conseguiu obter um certo grau de consenso entre o empresariado e as camadas médias, posto que atendia a algumas de suas demandas e reivindicações. Regra geral, entretanto, teve contra si a unanimidade da nação e preferiu mesmo atuar desmobilizando a sociedade ao invés de tentar mobilizá-la a seu favor; sequer pensou em organizar para si um movimento de massas ou uma simbologia qualquer. Sobreviveu porque soube beneficiar-se das “más tradições” brasileiras e dos estragos que ele próprio provocava na sociedade. Assim, organizando-se como regime tecnocrático-militar, buscou desvalorizar a política em nome da “eficiência administrativa”, cerceou a ação sindical e a vida partidária, desnaturou o caráter da Constituição. Produziu assim um descompasso na sociedade: enquanto “criava” as classes na economia (graças à acelerada industrialização) impedia ou dificultava a conformação delas na política – o que é verdade principalmente em relação à classe operária. Porém, como que a revelar seu limite, não teve como eliminar a presença do parlamento, a realização de eleições periódicas e a existência legal de uma frente oposicionista, embora mantivesse todas estas instâncias sob controle e procurasse “esvaziá-las”.

O principal efeito do golpe de 64 e do regime militar sobre a esquerda brasileira foi evidentemente a desarticulação delas e, acima de tudo, a alteração da posição relativa de seus partidos. Em termos mais simples, o período autoritário representou a problematização (e posterior dissolução) da hegemonia do PCB sobre o conjunto da esquerda e gerou uma situação toda favorável ao surgimento não só de diversos partidos revolucionários (dissidências pecebistas) como especialmente de várias opções pela *luta armada*, uma forma particular de *golpismo*. A opção guerrilheira significará, em boa medida, a conclusão de uma fase na história das esquerdas brasileiras. Dela quase nada restará, a não ser a memória de dezenas de mortos e uma experiência fracassada. Perseguidos implacavelmente pelo regime autoritário e incapazes de alterar sua conduta tática, os grupos guerrilheiros serão desarticulados um a um, numa verdadeira operação militar que só fez reforçar o autoritarismo estatal e municiar a propaganda ideológica do

regime. O impacto daqueles anos se fará sentir sobre o conjunto das esquerdas, mesmo sobre aqueles setores (caso dos comunistas) que procuraram travar o combate no terreno propriamente político, onde a margem de êxito existia e seria inclusive aproveitada. O fato, em suma, é que as esquerdas chegarão a 1975 em péssimas condições organizativas e teóricas, impossibilitadas de capitalizar de forma consistente as dificuldades que começariam a ser sentidas pelo regime.

A situação política derivada do golpe de 64 e de sua radicalização em 68 chegaria logo a um “beco sem saída”. Primeiro foi a falência do “milagre brasileiro”, o ciclo expansivo dos anos 1968 a 1973 que não teve como sustentar-se e jogou o país numa grave crise de caráter recessivo. A crise, por sua vez, fracionou o bloco de sustentação do regime, generalizou o descontentamento das camadas médias e do operariado, fazendo vir à tona as novas energias e os novos sujeitos produzidos pela modernização do país: a sociedade civil ganhou nova articulação, as oposições conseguem seus primeiros êxitos eleitorais e ampliam sua própria base social, o movimento sindical (especialmente aquele referenciado pelo cinturão industrial paulista, o ABC) recebe novo alento e realiza as primeiras grandes greves. Em franca crise de legitimidade, o regime é forçado a pôr em prática um projeto de abertura controlada que garantisse sua auto-reforma e sua reprodução. O país como um todo ingressa assim numa fase de tensão e turbulência toda marcada, como veremos a seguir, por uma ciclotímica marcha em direção à democracia.

## II – A DEMOCRACIA DIFÍCIL E O LADO FRACO DA TRANSIÇÃO

A abertura democrática iniciou-se a rigor em 1974, coincidindo neste particular com o início do governo Geisel. Naquele ano, combinaram-se três decisivos fatores: 1) a crise econômica e o fracasso do modelo de realização capitalista posto em prática entre 1968 e 1973; 2) a necessidade intrínseca ao próprio regime de buscar uma via de auto-reforma que lhe possibilitasse sair do isolamento em que se encontrava e recompor sua base de sustentação, já em flagrante fragmentação; 3) o início da ascensão eleitoral das oposições, expresso na vitória obtida nas eleições gerais daquele ano.

Porém, se a conjuntura apresentava elementos favoráveis à democratização do país, ela não evoluiria no sentido de uma alteração radical ou acelerada da situação dominante. Ao contrário, naquele momento iria desenhar-se com clareza o traço mais típico da transição brasileira: qual seja, o fato de ter nascido e se desenvolvido sem a emergência prévia de um movimento de massas organizado e autônomo em relação ao próprio regime. De fato, ao menos até 1981, será o regime a deter a iniciativa política e a ditar em boa parte o ritmo do processo.

A abertura, na verdade, irá começar num momento especialmente delicado da vida nacional, quando se sentiam com toda a força as conseqüências das opções políticas feitas pelo regime autoritário. Como se sabe hoje, os sucessivos governos militares promoveram um inegável desenvolvimento capitalista no país, mas não foram

competentes sequer para diminuir a miséria e a desigualdade social, nem para libertar a economia de seus crônicos problemas e de sua dependência. Ao invés disso, reproduziram os traços mais perversos da história nacional e criaram muitas outras mazelas. Para o que nos interessa aqui, importa lembrar que as opções da ditadura estimularam a corporativização da sociedade, fracionando-a em compartimentos estanques, presos a interesses particularistas e desejosos de um diálogo direto com o Estado, sem a mediação dos partidos ou das instituições representativas. Em outros termos, tornaram extremamente complexa a trama política e extremamente desgastante o jogo em torno do poder. A própria democracia apenas se difundiria à custa de grandes sacrifícios naquela sociedade impregnada de autoritarismo e submetida a uma movimentação social repleta de traços “selvagens” e pré-políticos. Como se não bastasse, houve o impacto da crise recessiva iniciada na própria fase inaugural da abertura, entre 1973 e 1974; a partir dela, foi como se o país ingressasse numa espécie de “guerra de todos contra todos” fundada na desvalorização do trabalho e do investimento produtivo em benefício da especulação e da “esperteza”.

Para dizer com poucas palavras: a transição será vivenciada por uma sociedade em estado lastimável, verdadeira babel onde se falam línguas diversas e se entrecruzam tempos históricos variados. Como observou certa vez Fernando Henrique Cardoso, “a abertura pegou a sociedade de calças curtas”, despreparada para neutralizar o asfixiante controle do Estado, promover uma rápida ruptura com o autoritarismo e impulsionar a transformação democrática do país. Acabou por gerar, nas palavras enfáticas de Cardoso, “uma entrega sem prazer da sociedade ao poder”: “A mesma sociedade que vomitou a tortura, que congelou os generais-presidentes, absorveu (não diria aceitou) a democracia dos joões-ninguém e, ato contínuo, desinteressou-se, talvez enojada, das instituições. Largou-as – partidos, eleições, tribunais, imprensa – ao cozimento no próprio caldo das ambições, dos sonhos, dos interesses. E fez-se de novo o muro entre, por um lado, a vida cotidiana e, por outro, o Estado e suas adjacências” (CARDOSO, 1:7).

Particularmente no que se refere às esquerdas, o início da abertura será vivido com grande dramaticidade. De certa maneira, a estratégia oficial considerou indispensável completar a desativação das forças socialistas antes de “distensionar” o sistema político. E naqueles anos isso significava sobretudo a desarticulação do PCB, única organização em condições de influenciar o processo político. Ao mesmo tempo em que reprimia os comunistas, o regime buscava reforçar os mecanismos de controle sobre as forças oposicionistas e, tanto quanto possível, bloquear o surgimento de novas e reais alternativas de esquerda. Mas acabou vitimado por seu próprio projeto: ao estimular a divisão das oposições deu alento à atividade partidária (a favor ou contra a criação de novos partidos). O PCB ressurgiu em 1978/79 – e com uma ala moderna e democrática que durante alguns anos dinamizaria o partido – e do movimento sindical em expansão nasceria o Partido dos Trabalhadores, que logo daria nova vida à esquerda católica e a pequenos agrupamentos de extração trotskista, socialista e comunista que se aninham em seu interior. Embora cerceadas, as esquerdas conseguiram manter-se em atividade. O fato porém é incontestável: a abertura começou sem uma boa articulação das esquerdas e sem a

pressão organizada de qualquer movimento de massas por elas hegemônico, num momento em que estavam esgotados os projetos que até então haviam estruturado o campo político-institucional das esquerdas.

Em decorrência disso tudo, o processo democratizante não conseguiu encontrar base e impulso para desenvolver-se de maneira acelerada e distante de complicados acordos, compromissos e transações. Embora fortalecendo-se e ganhando diversificação, a sociedade civil não era capaz de estabelecer maiores vínculos orgânicos com a sociedade política; da mesma forma, avançava a consciência democrática e ampliava-se a participação, mas inexistiam instâncias capazes de agregar e organizar em nível superior (político-estatal) os múltiplos interesses sociais e, especialmente, de dar vazão e operacionalidade às reivindicações populares. A abertura foi sempre marcada por uma pressão democrática que crescia sem conseguir completar-se; sua lógica foi nitidamente cíclica e jamais deixou de estar determinada pela tensão entre um excludente *projeto* oficial de auto-reforma e um *processo* político orientado em sentido popular-democrático. Por isto, não podem espantar nem o seu gradualismo nem o fato de se ter feito à base de uma contestação fortemente delimitada pelo calendário eleitoral: tudo isso foi o resultado da reduzida capacidade organizativa da sociedade, verdadeiro *lado fraco da transição* (NOGUEIRA, 11:13-20).

Evidentemente, tal situação dificultou sobremaneira a ação política democrática, forçando as oposições a um ritmo cadenciado e à “negociação” imposta pelo regime. Mas nela, ao mesmo tempo, é que foram forjados os instrumentos com que se pôde impulsionar a continuidade da abertura. São suficientes quatro exemplos: 1) A prática forçada da coalizão e a necessidade de unidade aproximaram os democratas entre si, fizeram entrar em crise os velhos modelos de partido político e obrigaram a esquerda a encarar com seriedade o desafio da renovação. 2) Foi nesse terreno que se fortaleceu, dentro do PMDB, o projeto de organizar um partido “socializante” com boa base parlamentar e fundado na convivência de um largo espectro político e ideológico; e que o Partido dos Trabalhadores experimentou uma estruturação partidária a partir “de baixo” isto é, dos sindicatos e dos movimentos populares. 3) Foi nele também que se expandiu uma Igreja mais forte e ágil, que aprofundou suas relações com os setores populares e sofisticou sua elaboração teórico-política. 4) Foi nele, enfim, que se multiplicaram os movimentos sociais e emergiu uma nova disposição participativa, autônoma em relação ao Estado e aberta à invenção no plano da mobilização e da organização.

O problema de fundo, entretanto, não pode ser minimizado: todo este avanço no sentido de uma democracia representativa com participação ampliada – inegável fator de propulsão da abertura – encontrou seu limite na má articulação política da sociedade, na dificuldade de seus setores mobilizados passarem do plano imediato da reivindicação à política estatal e armarem uma ponte entre a sociedade civil e a sociedade política. Além do mais, o quadro esteve sempre problematizado pelo não surgimento de uma organização socialista moderna, pluralista, autônoma e de massas – uma organização, para dizer com poucas palavras, capaz de reunir as múltiplas correntes de esquerda, sedimentar e alimentar

uma cultura política aberta ao socialismo e reduzir a força adquirida, junto ao movimento associativo, pelo *ativismo ingênuo*, isto é, o ativismo combativo mas refratário à política e às suas instituições, empiricista e subsumido a formas organizativas fugazes e temporárias (as *assembléias*, por exemplo). As esquerdas brasileiras, mais até do que no passado, continuam incapazes de ação coordenada e unitária.

Este quadro acabou inevitavelmente por determinar a conduta tática e a estratégia das oposições. Forçou-as a fazer política em todos os níveis, a centralizar o momento democrático como eixo em torno do qual girava a construção de uma alternativa global ao regime, enfim, a travar aquela prolongada “guerra de posição” que exige “qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo” (GRAMSCI). Ao longo do tempo, balizou e alimentou uma realista política de unidade e negociação que soube reconhecer o lado fraco da transição e aproveitar com inteligência a pressão que se acumulava com as vitórias gradualmente obtidas (liberalização política, anistia, reformulação partidária) para inviabilizar a auto-reforma do regime e encurralá-lo. Tal processo alcançou o ápice em 1982, quando as oposições vencem as eleições, chegam ao governo em 10 dos 23 Estados do país e passam a deter praticamente metade das cadeiras no Congresso Nacional. Neste momento, como observou Lamounier, a transição ingressa em nova fase: se antes, entre 1974 e 1982, “os níveis de poder mais decisivos para a questão democrática não se achavam realmente em jogo” – pois o Congresso encontrava-se enormemente esvaziado em suas funções e prerrogativas, o Poder Executivo Federal não estava em disputa e a política econômica era traçada quase em segredo –, a vitória oposicionista em 82 fará com que a situação encaminhe-se para uma crescente polarização (LAMOUNIER, 7:131). As oposições podem então organizar um verdadeiro “cerco” ao Palácio do Planalto, forçando-o a uma negociação mais “explícita” e fazendo aumentar as dificuldades do núcleo do poder.

Nos dois anos que se seguem às eleições de 1982, a situação evoluiu com inédita rapidez. Em primeiro lugar, quebrou-se a capacidade do regime de continuar detendo a iniciativa no campo político e institucional. O governo Figueiredo mergulhou em profunda crise de governabilidade e foi literalmente paralisado pelos efeitos de sua própria incompetência administrativa, de sua desastrosa conduta política e da corrupção plantada em seu interior. Nem mesmo o partido oficial (o Partido Democrático Social, PDS) sobreviveria à crise, deixando o Executivo sem qualquer negociador competente e praticamente sem instrumentos de intervenção política. O governo, na verdade, revelou-se despreparado para fazer política e travar a batalha pela sua reprodução no novo terreno (necessariamente mais sofisticado) desenhado com o avanço oposicionista. Desintegrou-se como um castelo de areia, inviabilizando-se como sujeito político e abrindo espaço para uma devastadora articulação oposicionista. O pano de fundo seria sugestivo: a disputa em torno da sucessão presidencial, que catalizará todo o processo político.

A luta pela eleição direta do presidente da República (1984) uniu as oposições num mesmo movimento tático, dando a elas condições de desencadear uma grande campanha popular de contestação e de afirmação da aspiração à mudança. Embora derrotada no plano

parlamentar, tal campanha empolgou o país e produziu a energia necessária para a manobra final das oposições – a de reunir todos os descontentes, atrair os dissidentes do oficialismo e enfrentar vitoriosamente o governo (e o regime) em seu próprio campo de batalha, o Colégio Eleitoral. Uma manobra, diga-se de passagem, que exigiu boa dose de habilidade e determinação – e *neste* aspecto foi decisiva a figura de Tancredo Neves – e que certamente não se teria completado se, ao lado da pressão popular e muitas vezes contando mais do que ela, não se tivesse verificado a completa degradação do núcleo do poder e a total desmoralização do regime.

Em boa medida, foi este último fato a qualificar a fase terminal da abertura e a transformar o PMDB – um partido de sólida tradição oposicionista – numa espécie de sucedâneo do governo, posto que forçado a realizar “tarefas que não lhe eram próprias”, como lembrou certa vez Fernando Henrique Cardoso (2:5). Se isto, por um lado, restringiu e inibiu o impulso reformador do PMDB – pois jogou-o diante da necessidade de administrar uma grande crise política e de operar com realismo e moderação –, por outro lado representou a continuidade da abertura em melhores condições, na medida mesma em que incorporou o maior partido de oposição e diversas parcelas mobilizadas dos movimentos sociais. Não deixa de ser interessante, porém, observar que tal fato simbolizou tanto uma espécie de “transformismo às avessas” – com a adesão de políticos moderados ao campo democrático –, como representou a vitória pura e simples do transformismo *tout court*, com a passagem em bloco de personalidades e forças democráticas para a órbita do Estado. Este é, no entanto, um tema impossível de ser aqui desenvolvido, parte integrante que é de uma análise mais abrangente do Estado brasileiro e em particular de suas relações com a sociedade civil ao longo da abertura democrática.

### III – AS POSSIBILIDADES DA POLÍTICA

O desfecho da crise política de 1983-1984, se em boa parte foi o resultado da desintegração política e moral do governo Figueiredo (e do próprio regime), não teria acontecido sem a interferência da orientação posta em prática pelas oposições reunidas no PMDB. Nessa medida, representou a vitória de uma política realista, que soube reconhecer o lado fraco da transição – qual seja, a reduzida capacidade organizativa da sociedade e a ausência de uma estrutura partidária consolidada e operacional –, desencadear uma complexa operação política e inviabilizar qualquer tentativa de bloquear o prosseguimento da abertura ou de retroceder ao *status quo ante*. Como observei em outra ocasião, foi a vitória de uma política que se mostrou capaz de compreender a transição *possível* de se realizar no Brasil de hoje: uma sociedade violentada, mal organizada politicamente e com um passado de conciliação elitista e autoritarismo ainda vivo (NOGUEIRA, 9:35-6).

As esquerdas souberam dar sua contribuição a esse processo. Por um lado, delas dependeu muito do sucesso da *política de frente* a partir da qual foi isolado e se derrotou o

regime militar. Tanto porque a idéia de que o autoritarismo seria enfraquecido com a unidade dos democratas havia sido sistematicamente cultivada nos arsenais de esquerda (leia-se, aqui, especialmente PCB), quanto porque foram os líderes e as organizações de esquerda que funcionaram *de fato* como cimento e dínamo da frente democrática. Em boa medida, as organizações de esquerda forneceram à frente uma tradição de luta e uma capacidade de articulação e organização impossíveis de serem encontradas em outra parte. Por outro lado, as esquerdas também foram decisivas para que a luta unitária contivesse alguma dose de radicalidade no plano social e se aproximasse dos movimentos populares. Foi essa a contribuição da Igreja Católica renovadora, do sindicalismo do ABC, das correntes socialistas e comunistas do PMDB, de vários setores que mais tarde confluíram no PT.

O problema maior das esquerdas, no entanto, sobreviveu: embora tenham ajudado a unir os democratas, elas não foram capazes de se expressar de forma unitária, de romper sua fragmentação e reunir-se numa organização autônoma, pluralista, de massas. Seus partidos continuaram a ser pequenos, atravessados pelo espírito de seita e pela lógica da excludência, extremamente doutrinários e sem vocação hegemônica. Fracassaram, por exemplo, no interior dos PCs (e particularmente do PCB), os movimentos de renovação e democratização interna e mesmo no PT nunca foram as correntes modernas e democráticas a predominar, mas as de inspiração claramente “obreirista” e basista, refratárias à grande política e às práticas parlamentares ou representativas. Quase como regra, as esquerdas ainda se relacionam mal com a democracia política. E perdem espaço na sociedade.

Seja como for, a chegada ao poder da Aliança Democrática simbolizou o fim de uma época e redefiniu as condições concretas do *fazer política*, dando passagem a uma nova dialética entre o Estado e a sociedade. Ao longo dos anos 1985 e 1986 ensaiou-se o ingresso da transição num patamar superior. Foram tomadas medidas de liberalização política efetiva, apresentados planos e projetos reformadores, composta uma equipe econômica (gestão Dilson Funaro) distante dos padrões monetaristas de antes; logo depois, no segundo ano, adotou-se uma nova política econômica (o “Plano Cruzado”) repleta de preocupações sociais e toda voltada para um combate “heterodoxo” à inflação, no qual não se penalizariam os salários e o desenvolvimento. No entanto, nem bem se comemorava o primeiro aniversário do novo regime e já se espalhara um clima de desesperança e ceticismo, com o governo dando mostras de não possuir força ou intenção de dar seqüência efetiva aos ensaios reformadores (LAHUERTA, 6; NOGUEIRA, 10). Emergiram à tona, de maneira intensa e caótica, diversos problemas de difícil resolução (corporativismo, desvalorização e descrédito das instituições, ausência de projetos consistentes e de sujeitos políticos bem organizados), a embaralhar a redemocratização e a aprisionar a transição no figurino conservador: inexistência de grandes rupturas, demasiada transação, reduzida pressão popular, indefinições e despolitização galopante.

No entanto, embora travada e problematizada, a transição não parece estar irremediavelmente comprometida, nem resolvida em termos conservadores. As chances para o avanço continuam a existir, à espera de articuladores de maior competência e

envergadura. Além do mais, a sociedade civil está com seu potencial inexplorado (ou mal explorado) e a política, como se sabe, é um campo de possibilidades ilimitadas, sempre aberto à invenção.

O exame do futuro imediato da transição brasileira, porém, deve partir do reconhecimento de que nada transcorrerá de forma coerente e harmoniosa, como se estivéssemos no melhor dos mundos. Longe disso: a “Nova República” continua tendo diante de si, tal como esfinge, uma sociedade dilapidada pela crise, imersa num frenético processo de reorganização de seus padrões de sociabilidade, repleta de tensões e demandas impossíveis de serem atendidas de uma só vez. Tudo no Brasil parece móvel, desenraizado, “em transição”. Além do mais, são grandes as dificuldades de realização e de governo da economia, em parte derivadas da herança legada pelo autoritarismo e em parte resultantes das reações à política econômica adotada em fevereiro de 1986. Da mesma maneira, o governo Sarney traz consigo uma pesada bagagem de acordos e compromissos, inclusive com setores do antigo regime, e está obrigado a se equilibrar sobre uma delicada e heterogênea armação política. E tudo isso num quadro marcado por um complexo processo constituinte, por uma crise da política de imprevisíveis proporções (expressa no escasseamento da capacidade de intermediação, decorrência do precário funcionamento e da baixa representatividade dos partidos e do Congresso) e pela desarticulação das esquerdas.

O Brasil conhece hoje dias carregados de promessas, incertezas e dificuldades. A Constituinte eleita em novembro de 1986 irá reunir-se e funcionar em condições que não podem ser definidas como boas. Estará fortemente condicionada pelo quadro político-social acima delineado e acossada pelo jogo dos interesses, pelos prazos fixados pela “agenda da transição” e pelas pressões as mais díspares. Além do mais, não será uma Assembléia exclusiva: convocada como “Congresso Constituinte”, terá superpostas em seu interior a função legislativa ordinária e a função constituinte propriamente dita, fato que com muita probabilidade produzirá dificuldades de natureza técnica e política. Tudo isso significa dizer que a reformulação legal do país irá processar-se como uma verdadeira batalha, cujo ritmo e cujo resultado dependerão tanto da evolução das crises econômica e da governabilidade quanto da capacidade que tiverem as bancadas mais avançadas de atuarem em bloco, à base de uma plataforma comum e de uma consistente ligação com a sociedade. Se entre os grupos parlamentares interessados em vincular a democracia à questão social predominar a competição em torno de temas menores e vigorar a preocupação com a própria afirmação particularista no eleitorado, é de se prever que a nova Constituição não conseguirá refletir o país real e disciplinar o encontro de uma nova sociabilidade e de um diverso modo de governar. Estará irremediavelmente destinada a ter curta duração e a não colaborar para que o Brasil rompa com sua tradição de autoritarismo, instabilidade política e golpismo.

Por isso é que são tantas as dúvidas e interrogações sobre o futuro da transição brasileira. Repito pois a indagação inicial: será ela apenas uma tímida reconversão liberal do antigo regime ou representará de fato uma ruptura em profundidade? Sem qualquer

pretensão exaustiva, arrisco-me a formular algumas considerações conclusivas (NOGUEIRA 9;10;12).

1. A alimentação em sentido progressista da nova dialética política existente no Brasil exige tanto a sensibilidade dos governantes (incluindo aí os governadores eleitos em novembro de 86) quanto um novo tipo de unidade entre as forças interessadas na transição, que reforce sobretudo seu núcleo catalizador, firmado sobre a aliança entre o liberalismo democrático e as esquerdas. Ou seja, depende do encontro de uma unidade fundada no pluralismo e na livre competição entre os partidos, e voltada para a reforma e a revalorização das instituições (especialmente o parlamento, o sistema eleitoral, o federalismo, o sistema partidário), bem como para a construção de uma democracia representativa com participação ampliada. Disso é que resultará o impulso capaz de contrabalançar o predomínio conservador ao nível do governo e de sustentar, a partir de uma sólida e moderna ligação com os movimentos sociais, um *projeto reformador* que enfrente os graves problemas do país.

2. Conforme pude observar em outra ocasião, “qualquer *bloco democrático* não poderá se sustentar se reduzido, na prática e na concepção, a mera frente democrática nos moldes de antes. Sua espinha dorsal deverá ser a plena afirmação das identidades, incluindo as partidárias, principalmente das esquerdas. Também não cabe confundi-lo com a forma atual da Aliança Democrática, cujo esgotamento parece a essa altura consumado. A antiga política de frente alimentava-se da luta contra o autoritarismo. Hoje não há mais regime autoritário e a política é incomparavelmente mais complexa. Em momento de construção e redefinições, como o presente, a reinvenção da política e da idéia mesma de frente é o único meio de evitar que os indispensáveis acordos futuros (pactos, alianças) degenerem em capitulação ou em meros compromissos eleitorais” (NOGUEIRA, 10:22-3).

3. Continua atual a orientação que vem permitindo a progressiva democratização do país: é preciso dar vazão a uma nova ordem político-institucional que sintonize o Brasil com a modernidade de suas estruturas produtivas. Em outros termos, é preciso desobstruir de vez a sociedade do “entulho autoritário” que não só bloqueia a retomada do crescimento (reproduzindo a crise), como impede o livre curso da política. Porque acima de tudo, a idéia mesma de uma “Nova República” deve repousar na reinstitucionalização democrática do país, sem a qual será impossível requalificar a questão social como um todo. O governo Sarney poderá cumprir sua função como governo *de* (e *da*) transição na medida em que facilitar o desenvolvimento de uma dinâmica política aberta à afirmação dos movimentos sociais, dos partidos políticos e da democracia.

4. É preciso não menosprezar, além do mais, os obstáculos que se antepõem ao avanço da democracia no Brasil, isto é, à consolidação de um regime democrático. Num primeiro e mais evidente lugar, tais obstáculos derivam da própria crise econômico-social e do hoje já crônico quadro de miséria e desigualdade social. A questão porém é mais profunda: os obstáculos à democracia estão plantados na própria cultura política (onde o autoritarismo, o corporativismo e o indiferentismo são componentes fortes) e

particularmente no próprio espaço estatal, onde mantém posição sujeitos de clara conformação autoritária (como é o caso, para ficar com o exemplo mais fácil, das Forças Armadas). Em poucas palavras, o obstáculo maior confunde-se com a baixa “taxa de predisposição democrática” existente na sociedade e entre importantes atores políticos. A elevação de tal “taxa”, por isso, deverá constar imperativamente do próprio programa da transição: sem ela, inexistirá base sólida e estável para a consolidação democrática e para a superação dos riscos de retrocessos, bem como para a requalificação radical da nossa “classe política”, cuja estatura atual, como se sabe, deixa muito a desejar.

5. No entanto, a *centralidade da questão democrática* não pode implicar o adiamento *sine die* do ataque à questão social. Seria como que a falência do projeto da transição. A “Nova República” está obrigada a consolidar uma nova política econômica e a adotar medidas que revertam o dramático quadro de exclusão social, compensem a corrosão salarial e o desemprego dos últimos anos, dêem novo conteúdo às políticas públicas, à previdência social, à educação, à saúde. Por outro lado, para as forças mais avançadas da democracia, a mencionada centralidade não pode representar um convite ao imobilismo ou à mera disputa “fisiológica” pelo controle do aparato estatal. Ao contrário: deve ser vivida como uma grande oportunidade para a própria afirmação política e para ativação e organização dos setores populares. Apesar de tudo, existem hoje muitas condições favoráveis para a estruturação partidária e a unidade de ação daquelas forças, bem como para a inserção dos movimentos sociais no jogo político e nos assuntos de governo. Elas estão portanto obrigadas a uma sofisticada manobra: precisam saber enfrentar a questão social através de uma via de confluência com a questão institucional, isto é, evitar a tentação de precipitar uma centralização da questão social que subestime o problema da institucionalização democrática e alimente uma linha de confronto com a coalizão que sustenta a “Nova República”.

6. É por isso que muito das atenções dirige-se para as esquerdas: conseguirão elas enterrar seu passado golpista e autoritário, superar sua crônica fragmentação, resgatar a importante contribuição que deram ao processo de democratização e alcançar uma nova identidade, contemporânea do Brasil realmente existente? Saberão aproveitar a nova dialética política existente sob a “Nova República” para requalificar sua organização e repensar sua inserção social?

Quanto ao liberalismo, não são menores as interrogações. Após ter jogado decisivo papel na aceleração da crise do governo Figueiredo e de se ter instalado no centro mesmo da nova situação de poder, o liberalismo chegou a um delicado ponto em sua trajetória no Brasil. Está obrigado a abraçar temas que dizem respeito a universos estranhos à tradição liberal (a democracia social, a cidadania ampliada, os direitos da classe operária, a justiça distributiva) e a mostrar-se capaz de colaborar firmemente para a consolidação e o progressivo alargamento de um regime democrático no Brasil. O que quer dizer que o liberalismo está forçado a um movimento que é simultaneamente desafio e problema: precisa por um lado despir a ambigüidade que tem marcado seu percurso e feito

predominar o conservadorismo em seu próprio interior; por outro lado, precisa avançar além de sua racionalidade formal.

Sem a transformação das esquerdas e a renovação do liberalismo – mas, ao mesmo tempo, sem eficiência governativa e sem unidade – parece difícil que surja no Brasil uma alternativa em condições de elevar os movimentos sociais à condição de movimento político, garantir a democracia e evitar que a transição culmine numa hegemonia liberal-conservadora de longa duração. As possibilidades para a mudança e o avanço, no entanto, estão dadas. Elas são políticas e, como tais, serão ou não aproveitadas de acordo com a competência dos atores políticos.

NOGUEIRA, M.A. – From politics of possible to the possibilities of politics: some remarks on the democratic transition in Brazil. *Perspectivas*, São Paulo, 9/10: 1-19, 1986/87.

*ABSTRACT: This paper analyses the "Nova República" and the nature of the democratic transition that is going on in Brazil. This analysis begins with a critical approach to the process through which Brazil has transformed itself in a capitalist society, with special attention to what has happened since 1964. It also takes into consideration for analysis the processes of controlled "abertura" (political liberation) which began in 1974, and the crises of the military and technocratic government, whose effects and consequences have reached our present time. As a conclusion, it offers some perspectives for the near future in Brazil.*

*KEY-WORDS: Democracy; transition; political crisis; participation.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CARDOSO, F.H. – Os anos Figueiredo. *Novos Estudos CEBRAP*, 1 (1): 4-11, dez. 1981.
2. CARDOSO, F.H. – A ventura da mudança. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de mar. 1985. Folhetim.
3. COUTINHO, C.N. – *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.
4. COUTINHO, C.N. – As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. *Presença*, (8): 141-62, set. 1986.
5. GRAMSCI, A. – *Quaderni del carcere*. Torino, Einaudi, 1975. (Edizione critica a cura di Valentino Gerratana).
6. LAHUERTA, M. – Cultura política e transição: entre a democracia e a barbárie. *Presença*, (6): 5-13, out. 1985.
7. LAMOUNIER, B. - Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. In: Lamounier et alii – *Como renascem as democracias*. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 104-40.

8. NOGUEIRA, M.A.– *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
9. NOGUEIRA, M. A. – Come ha vinto la politica del possibile. *Rinascita*, 42 (4): 35-6, fev. 1985.
10. NOGUEIRA, M. A. – O espírito da coisa. *Presença*, (8): 15-23, set. 1986.
11. NOGUEIRA, M.A. – O lado fraco da transição. *Presença*, (4): 13-20, jul 1984.
12. NOGUEIRA, M. A. – Mudanças e desafios. *Presença*, (6):15-21, out. 1985.
13. SANTOS, W.G. dos – A pós-revolução brasileira. *In: JAGUARIBE et alii, – Brasil: Sociedade democrática*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.
14. VIANNA, L.W. – *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
15. VIANNA, L.W. – *Travessia: da abertura à Constituinte 86*. Rio de Janeiro, Liv. Taurus Ed., 1986.